

BARREIRAS E POTENCIALIDADES NA INSERÇÃO DA PESSOA SURDA NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ANÁLISE A PARTIR DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Alice Vitória Arruda Botelho de Lannes¹

Gabrielle Lavoyer Boabaid¹

Luiz Augusto Andrade da Cunha¹

Juliana B. Fitaroni²

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar criticamente as dificuldades enfrentadas por pessoas surdas no acesso aos serviços psicológicos, a partir da percepção de estudantes concluintes do curso de Psicologia. A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de rodas de conversa realizadas com discentes do 9º e 10º semestre da graduação, no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Psicologia”, do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. As discussões revelaram lacunas na formação acadêmica quanto ao ensino de Libras, escassez de conteúdos voltados à inclusão e insegurança dos estudantes para atender a população surda de forma ética e eficaz. Destacou-se, ainda, a importância de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso físico, mas também comunicacional aos serviços de saúde mental. A análise dos dados foi sustentada pelo modelo social da deficiência e pelos referenciais da Psicologia antipacitista, em consonância com a Nota Técnica CFP nº 12/2025. Conclui-se que a inclusão da pessoa surda exige ações estruturais na formação acadêmica, que incorporem a acessibilidade como princípio ético, técnico, prático e político para a garantia do direito à saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia; Surdez; Acessibilidade; Inclusão; Formação profissional.

ABSTRACT

This Final Undergraduate Project aims to critically analyze the barriers faced by deaf individuals in accessing psychological services, based on the perceptions of senior Psychology students. This is a qualitative experience report, developed through discussion groups with 9th- and 10th-semester students enrolled in the subject "Special Topics in Psychology" at Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. The conversations revealed gaps in undergraduate education, such as the absence of Brazilian Sign Language (Libras) training, limited content on inclusion, and students' lack of confidence in providing ethical and effective support to deaf clients. The importance of public policies that ensure not only physical but also communicational access to mental health care was also emphasized. The findings were interpreted through the lens of the social model of disability and antipacitist psychology, as reinforced by Technical Note CFP No. 12/2025. It is concluded that the inclusion of deaf individuals requires structural changes in academic training, integrating accessibility as an ethical, technical, and political foundation for ensuring the right to mental health.

Keywords: Psychology; Deafness; Accessibility; Inclusion; Professional training.

¹ Acadêmicas (o) do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

² Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), tem como foco central a problemática do acesso das pessoas com deficiência auditiva aos serviços psicológicos. Para fins desta investigação, adota-se a definição de surdez como a diminuição da capacidade auditiva, podendo variar entre níveis leves, moderados e graves (Ministério da Saúde, 2012).

A saúde mental é um componente essencial do bem-estar humano e, como tal, o acesso aos serviços psicológicos constitui um direito fundamental para a promoção da qualidade de vida. No entanto, nem todos os grupos sociais usufruem desse direito de maneira equitativa. Entre os mais afetados, destacam-se as pessoas com deficiência auditiva, que enfrentam barreiras significativas ao buscar atendimento psicológico (Organização Mundial da Saúde, 2011). A ausência de comunicação eficaz entre profissional e paciente surdo pode resultar em diagnósticos imprecisos, intervenções ineficazes e, em última instância, na exclusão dessa população do cuidado psicológico adequado.

A deficiência auditiva é uma condição que atinge milhões de indivíduos no Brasil e no mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 800 milhões de pessoas em todo o globo apresentam algum grau de perda auditiva. A prevalência da surdez alcança aproximadamente 15% da população entre 20 e 40 anos, podendo atingir 50% em indivíduos com mais de 70 anos. Um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda, publicado em 2019, revelou que o Brasil possui aproximadamente 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Desse total, 9% nasceram com essa condição, o que representa cerca de 963 mil pessoas. Entre as pessoas com deficiência auditiva severa, 15% já nasceram surdos. De acordo com o Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda (2019), o Brasil tem cerca de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Destas, 9% nasceram com a condição, o que corresponde a cerca de 963 mil pessoas. Entre quem tem deficiência auditiva grave, 15% nasceram surdos. Essa realidade afeta diretamente a comunicação, a saúde mental, o desempenho escolar, bem como as relações sociais e profissionais dos sujeitos.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram alvo de exclusão social, preconceito e invisibilidade. No caso específico da comunidade surda, a falta de profissionais de Psicologia

capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras)³, bem como a indisponibilidade de intérpretes durante as sessões terapêuticas, constitui uma barreira comunicacional crítica, que impede o acesso pleno e humanizado à saúde mental. Esse panorama aponta para a necessidade premente de transformações estruturais tanto na formação dos profissionais quanto na organização dos serviços psicológicos.

É dever do psicólogo, conforme estabelece o Código de Ética Profissional, respeitar a singularidade dos sujeitos e assegurar o sigilo profissional em todos os contextos de atendimento, inclusive aqueles que envolvem pessoas com deficiência auditiva (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Além disso, marcos legais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da Organização das Nações Unidas (ONU), e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçam a obrigação de remover barreiras comunicacionais, assegurando a acessibilidade em todos os âmbitos dos serviços de saúde.

Apesar das garantias legais, observa-se uma discrepância entre a legislação e a prática cotidiana. Pessoas surdas frequentemente relatam dificuldades em encontrar profissionais capacitados para realizar o atendimento psicológico, o que compromete a criação de vínculos terapêuticos e, por conseguinte, a efetividade do cuidado em saúde mental. Considerando que a Psicologia se debruça sobre os estados mentais, os comportamentos e as relações humanas em contextos sociais e culturais diversos, é preocupante que parte significativa da população ainda esteja à margem desse atendimento essencial.

Nesse contexto, torna-se imprescindível repensar a formação dos futuros psicólogos, despertando desde a graduação a consciência ética e o compromisso com a inclusão da população surda. A formação acadêmica representa um momento estratégico para promover a sensibilização quanto à importância da acessibilidade, da valorização da diversidade e do respeito às especificidades comunicacionais dos sujeitos.

O próprio Código de Ética Profissional do Psicólogo destaca, como princípio fundamental, a promoção da universalização do acesso ao conhecimento científico e aos serviços psicológicos (CFP, 2022). Assim, práticas que desconsideram a diversidade humana violam não apenas os direitos fundamentais, mas também os princípios éticos da profissão. Ainda que esse compromisso seja afirmado no discurso normativo, pesquisas revelam que muitos profissionais da saúde não se sentem preparados para atender pessoas com deficiência

³ É uma língua visual-gestual utilizada pela comunidade surda no Brasil para se comunicar e expressar. Foi reconhecida oficialmente como meio de comunicação e expressão por lei em 2002.

auditiva, evidenciando a urgência de se adotar abordagens mais inclusivas na formação acadêmica (Gonçalves, 2019; Oliveira *et al.*, 2012).

Diante desse cenário, o presente trabalho propõe-se a relatar e analisar uma experiência vivenciada por meio de duas rodas de conversa realizadas com estudantes do 9º e 10º semestre do curso de Psicologia da UNIVAG, no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Psicologia”. As discussões tiveram como foco central a articulação entre surdez, Libras e prática profissional, visando refletir criticamente sobre os desafios e as possibilidades de construção de uma atuação psicológica mais acessível, ética e inclusiva.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, modalidade de pesquisa qualitativa que visa à sistematização e à análise crítica de práticas vivenciadas em contextos específicos (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011). Especificamente, busca-se descrever e interpretar a facilitação de duas rodas de conversa realizadas com estudantes de Psicologia, com ênfase na percepção destes quanto ao atendimento psicológico oferecido a pessoas com deficiência auditiva.

A atividade foi desenvolvida no primeiro bimestre letivo de 2025, no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Psicologia”, ministrada pela professora Dra. Cíntia Souza de Abreu, no curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), localizado no estado de Mato Grosso. A docente disponibilizou parte da carga horária da disciplina para a realização da proposta, integrando-a às discussões sobre preconceito, diversidade e inclusão no contexto clínico e social.

Participaram das rodas de conversa 19 estudantes regularmente matriculados entre o 9º e o 10º semestre do curso, além de três facilitadores, autores deste trabalho. A escolha pela roda de conversa como estratégia metodológica fundamenta-se na valorização da escuta ativa, da subjetividade e da construção coletiva do conhecimento. Este dispositivo de diálogo promove a troca de saberes, o compartilhamento de experiências e a construção conjunta de reflexões sobre temas socialmente relevantes (Pinheiro, 2020). Trata-se, portanto, de um método participativo que fomenta a expressão livre dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, como destaca Skliar (1998, p. 39), “não se trata de falar sobre o outro, mas com o outro”, reafirmando

a importância de criar espaços dialógicos em que a diferença seja reconhecida como forma legítima de existência.

As rodas de conversa foram realizadas presencialmente, com duração aproximada de uma hora cada. A condução das atividades envolveu momentos expositivos, dinâmicas interativas e espaços abertos para escuta e debate. As discussões foram organizadas a partir de três eixos temáticos previamente definidos: (1) conhecimentos sobre Libras e suas interseções com a Psicologia; (2) atendimento psicológico e acessibilidade para pessoas surdas; e (3) formação acadêmica e perspectivas futuras na atuação profissional.

Durante os encontros, os estudantes foram convidados a refletir sobre os desafios e as possibilidades de práticas psicológicas mais inclusivas. Para fins deste trabalho, compreende-se “atendimento psicológico” de forma ampla, como todo e qualquer serviço prestado por psicólogos(as) ou estagiários(as) à pessoa surda — não se limitando exclusivamente ao atendimento clínico individual em ambiente terapêutico, como na clínica-escola. As reflexões apresentadas pelos estudantes participantes foram baseadas em experiências variadas de formação, que incluem disciplinas teóricas, vivências em estágios supervisionados (clínicos e institucionais), atividades de extensão e percepções pessoais acumuladas ao longo da graduação. Por isso, o relato contempla uma visão ampliada da prática psicológica, considerando tanto os aspectos clínicos quanto os contextos sociais e institucionais de atuação. Suas falas e contribuições foram registradas por meio de anotações realizadas pelos facilitadores. Posteriormente, os conteúdos foram sistematizados e analisados criticamente, com base na literatura de apoio e nos marcos teóricos que embasam a discussão deste trabalho.

A fundamentação teórica contempla, entre outros referenciais, o conceito de “identidade surda” proposto por Strobel (2008a), o qual compreende a surdez como uma diferença cultural e linguística, e não apenas como uma deficiência. Além disso, são incorporadas as contribuições de Skliar (1998), que problematiza o tratamento histórico da surdez em contextos educacionais e clínicos, ressaltando as implicações sociais e éticas da exclusão comunicacional.

Importa destacar que a atividade teve caráter pedagógico-formativo, sendo concebida como uma estratégia de sensibilização ética de futuros profissionais da Psicologia. Todos os participantes foram previamente informados quanto aos objetivos da proposta da roda de conversa, tendo aderido de forma voluntária mediante consentimento oral. As percepções utilizadas neste relato foram preservadas, em conformidade com os princípios de confidencialidade e respeito ético aos envolvidos.

A adoção da roda de conversa como método possibilitou a criação de um espaço coletivo de aprendizado, escuta e mobilização crítica, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência ética sobre a atuação do psicólogo diante das demandas da diversidade comunicacional. Desse modo, este relato de experiência pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre práticas psicológicas mais inclusivas, acessíveis e culturalmente sensíveis no contexto clínico contemporâneo.

3 RODA DE CONVERSA E SUAS REFLEXÕES

As reflexões suscitadas nas rodas de conversa foram organizadas em três blocos temáticos: (1) Conhecimento sobre Libras e sua relação com a Psicologia; (2) Atendimento psicológico e acessibilidade para pessoas surdas; e (3) Formação acadêmica e perspectivas futuras. A seguir, apresentam-se os principais achados de cada etapa, acompanhados de reflexões à luz dos referenciais teóricos mobilizados.

3.1 Bloco 1 – Conhecimento sobre Libras e sua relação com a Psicologia

O primeiro bloco discute o papel da Libras na prática psicológica, com ênfase na promoção da acessibilidade comunicacional para a população surda. Os participantes iniciaram o debate compartilhando suas vivências em relação à língua. Nenhum dos estudantes participantes das rodas de conversa teve, até o momento da atividade, experiência prática direta em atendimentos psicológicos a pessoas surdas. As contribuições trazidas durante os encontros basearam-se em percepções formadas a partir de conteúdos teóricos adquiridos ao longo da graduação, de vivências indiretas com a comunidade surda (como em ambientes escolares, religiosos ou familiares) e de contato inicial com a Libras em contextos não clínicos. Portanto, trata-se de uma reflexão crítica sobre a formação recebida e os desafios éticos e técnicos percebidos pelos estudantes quanto à atuação profissional futura.

Durante as discussões, destacou-se a importância do uso adequado da nomenclatura “pessoa surda”, em detrimento da expressão “surdo-mudo”, considerada incorreta e carregada de concepções equivocadas. De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, são estabelecidas diretrizes para o uso e ensino da Libras, reforçando o uso do

termo “pessoa surda” como forma adequada de reconhecimento da identidade linguística e cultural da comunidade surda (BRASIL, 2005).

Foi pontuado que muitas pessoas surdas possuem habilidades vocais, e que a surdez é, sobretudo, uma condição comunicacional diversa, não necessariamente associada à mudez.

O grupo refletiu ainda sobre os obstáculos enfrentados por pessoas surdas no acesso aos serviços de saúde mental, especialmente diante da escassez de psicólogos fluentes em Libras. Relatos apontaram que o atendimento, em muitos casos, ocorre com a mediação de intérpretes — frequentemente familiares, o que compromete o sigilo e a autonomia do sujeito em contexto terapêutico. A tecnologia foi mencionada como alternativa possível, por meio de videochamadas e aplicativos de tradução, embora sua eficácia dependa do contexto e da complexidade das demandas.

A atividade fomentou importantes reflexões éticas sobre a prática profissional com a população surda. Os estudantes identificaram que o desconhecimento da língua de sinais prejudica a qualidade do atendimento e compromete princípios fundamentais da Psicologia, como o respeito à autonomia e à confidencialidade. Assim, emergiu a necessidade de políticas públicas que incentivem a formação de psicólogos bilíngues, bem como uma atuação clínica pautada na escuta ética, sensível à diversidade linguística e cultural. Como destaca Skliar (1998), escutar com ética implica também aprender a escutar em outras línguas.

O conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é essencial para a atuação ética e eficaz da Psicologia junto à comunidade surda. Quadros e Karnopp (2004, p. 25) destacam que “a Libras constitui uma língua natural das comunidades surdas no Brasil, com estrutura própria e diferente do português”. Assim, o desconhecimento dessa língua pode gerar barreiras no atendimento psicológico, comprometendo a escuta e a compreensão das experiências subjetivas da pessoa surda. Para os autores, “a língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, mas um elemento constituinte da identidade surda” (Quadros; Karnopp, 2004, p. 63), o que reforça a necessidade de psicólogos conhecerem e respeitarem essa língua. Dessa forma, compreender Libras vai além da comunicação: trata-se de reconhecer a cultura surda e garantir um atendimento acessível, inclusivo e livre de violências simbólicas.

3.2 Bloco 2 – Atendimento Psicológico e Acessibilidade para Surdos

No segundo bloco, os estudantes aprofundaram a análise dos desafios enfrentados na prática psicológica junto a pessoas surdas. Ressaltaram que o acolhimento efetivo requer, além

do domínio da Libras, o conhecimento sobre o contexto de vida da pessoa surda, bem como a adoção de estratégias que promovam a empatia e a compreensão mútua.

Os estudantes participantes não realizaram atendimentos psicológicos a pessoas surdas até o momento da atividade formativa. Assim, as percepções expressas sobre as dificuldades no atendimento foram construídas a partir de discussões teóricas promovidas ao longo da graduação, bem como de percepções pessoais e reflexões geradas nas rodas de conversa. Alguns estudantes relataram experiências clínicas gerais (em estágios supervisionados), mas sem envolvimento direto com o público surdo. Portanto, os relatos apresentados refletem uma compreensão crítica em construção, ancorada na formação acadêmica, e não necessariamente baseada em vivências profissionais diretas com essa população.

Entre as alternativas discutidas, destacaram-se as tecnologias assistivas e os recursos audiovisuais como ferramentas auxiliares, embora reconhecidas como complementares, e não substitutivas do vínculo direto entre psicólogo e paciente. A ausência de formação específica, tanto na graduação quanto na formação continuada, foi apontada como um dos principais entraves à acessibilidade.

Houve consenso de que a escassez de psicólogos fluentes em Libras leva a situações de espera prolongada, frustração e sensação de exclusão por parte da população surda. O uso de intérpretes, embora necessário em muitos casos, foi problematizado em razão da presença de um terceiro nas sessões, o que pode inibir a espontaneidade da fala e comprometer o sigilo clínico.

Nesse cenário, os estudantes defenderam a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos currículos de Psicologia, não apenas como ferramenta técnica e prática, mas como expressão de um compromisso ético com a inclusão. A escuta empática, nesse sentido, exige uma compreensão da cultura surda e das barreiras comunicacionais enfrentadas cotidianamente por esses sujeitos. Conforme Gonçalves (2019), a formação ética de psicólogos requer o preparo efetivo para acolher todas as formas de subjetividade, incluindo aquelas que se expressam por meio de línguas visuais-gestuais.

O atendimento psicológico acessível à pessoa surda exige o reconhecimento de suas especificidades linguísticas e culturais. Perlin (2004, p. 99) afirma que “a surdez não deve ser vista como uma deficiência a ser corrigida, mas como uma diferença linguística e cultural a ser respeitada”. Essa compreensão é fundamental para a construção de práticas psicológicas que garantam acessibilidade e equidade. A principal lei que promove e garante os direitos da pessoa surda no Brasil Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como a Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A autora ressalta que “o uso da Libras no atendimento psicológico não é

uma concessão, mas um direito da pessoa surda” (Perlin, 2004, p. 102), evidenciando a necessidade de profissionais preparados. Assim, a acessibilidade vai além das barreiras físicas e envolve o reconhecimento da Libras como meio legítimo de expressão subjetiva no processo terapêutico.

3.3 Bloco 3 – Formação Acadêmica e Perspectivas Futuras

O último bloco concentrou-se na análise da formação acadêmica em Psicologia e nas possibilidades de inserção da Libras na grade curricular. A maioria dos participantes demonstrou interesse em aprender a língua, reconhecendo seu impacto direto na qualidade do atendimento. No entanto, relataram barreiras como a falta de tempo, a escassez de cursos presenciais compatíveis com a rotina acadêmica e a dificuldade de manter a proficiência sem uso contínuo.

Foram debatidas possibilidades de atendimento por profissionais não fluentes em Libras, como o uso da comunicação escrita com pacientes alfabetizados. Embora viável em certos contextos, os estudantes reconheceram as limitações dessa estratégia, especialmente no que se refere à expressão de afetos e subjetividades — elementos centrais da escuta clínica.

Surgiram ainda questionamentos sobre a existência de abordagens terapêuticas adaptadas à experiência surda, pouco conhecidas entre os participantes, indicando a carência de formação e divulgação científica sobre o tema. Destacou-se a urgência de incorporar os princípios da acessibilidade e da diversidade linguística como fundamentos de toda prática psicológica.

Um momento de destaque nas discussões foi o reconhecimento da atuação de docentes surdos na própria instituição, que lecionam Libras com sensibilidade e compromisso com a inclusão. A valorização dessa experiência docente fortaleceu o sentimento de corresponsabilidade na formação de uma Psicologia mais acessível. Ao final do encontro, os participantes compartilharam reflexões sobre a presença de intérpretes em espaços públicos, como igrejas e mídias televisivas, reconhecendo os avanços conquistados e a necessidade de expandi-los ao campo da saúde mental.

De forma geral, a roda de conversa foi reconhecida como um espaço fértil de escuta ativa, sensibilização e mobilização coletiva, revelando o desejo por uma formação acadêmica comprometida com a equidade e com o direito à saúde mental para todos. A inclusão plena da pessoa surda, onde garanta o acesso total, efetivo e em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida social, respeitando sua identidade linguística e cultural,

especialmente o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação, conforme afirmado, exige mais do que boa vontade: requer estrutura curricular, políticas institucionais e compromisso com a formação continuada.

Nesse contexto, a experiência revelou que a inclusão da pessoa surda nos serviços de Psicologia é um desafio estrutural, que demanda uma transformação profunda na lógica formativa e institucional. A reflexão sobre o conhecimento de Libras, a acessibilidade no atendimento e a formação acadêmica são pilares para a construção de práticas mais justas, inclusivas e eticamente comprometidas com a diversidade humana.

Como apontam Skliar (1998) e Strobel (2008a; 2008b), a surdez deve ser compreendida como uma diferença cultural e linguística, e não apenas como uma limitação sensorial. A escuta clínica, portanto, deve ser ampliada para acolher formas plurais de comunicação, reconhecendo os sinais visuais e corporais como legítimas manifestações subjetivas. Para tanto, é indispensável que as instituições de ensino superior incorporem a Libras e o debate sobre acessibilidade de forma transversal em seus currículos. Como bem sintetiza Strobel (2008a, p. 137), “a inclusão começa na formação”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo refletir, por meio de uma atividade formativa com estudantes de Psicologia, sobre os desafios relacionados à inclusão da pessoa surda nos serviços psicológicos. As rodas de conversa permitiram identificar percepções, lacunas e inquietações a respeito do preparo acadêmico para lidar com a diversidade comunicacional, especialmente com a população surda. Os dados apontaram que a ausência de conteúdos sobre Libras na graduação, bem como o desconhecimento sobre a cultura surda, contribuem para sentimentos de insegurança e despreparo entre os futuros profissionais.

As discussões evidenciaram ainda que o atendimento psicológico, quando mediado por intérpretes ou feito sem compreensão adequada da língua de sinais, pode comprometer princípios fundamentais da clínica, como a escuta qualificada, o sigilo e a construção do vínculo terapêutico. O uso de tecnologias assistivas foi mencionado como alternativa, mas reconhecidamente limitada diante da complexidade subjetiva das relações psicoterapêuticas.

Com base nesses achados, torna-se urgente a revisão dos currículos de formação em Psicologia, de modo a incluir a Libras como disciplina obrigatória, não apenas como uma ferramenta técnica, mas como parte de um compromisso ético com a equidade e os direitos

humanos. A formação precisa ser sensível à pluralidade linguística e cultural dos sujeitos, rompendo com perspectivas homogêneas e ouvintistas que ainda predominam em muitos contextos de ensino e prática profissional.

É importante reconhecer as limitações deste estudo: por tratar-se de um relato de experiência, realizado com um grupo restrito de estudantes e em uma única instituição, não se pretende generalizar os resultados, mas sim provocar reflexões e apontar direções possíveis para a construção de práticas mais inclusivas. Pesquisas futuras poderiam ampliar o número e a diversidade dos participantes, incluir sujeitos surdos como interlocutores e utilizar metodologias que aprofundem a análise das políticas institucionais de inclusão.

Destaca-se como extremamente relevante a publicação da Resolução CFP nº 9, de 24 de abril de 2025, que estabelece diretrizes para a atuação de psicólogos junto à população surda, com ênfase na acessibilidade. A Nota reforça a necessidade de garantir que o atendimento psicológico seja inclusivo, acessível e respeite as diversas formas de comunicação, conforme as especificidades de cada indivíduo. Ela orienta que o atendimento seja realizado com profissionais proficientes em Libras ou com o apoio de intérpretes, garantindo a autonomia da pessoa atendida. A resolução também enfatiza a importância de promover uma postura inclusiva e atitudinal para combater a discriminação e promover a equidade no atendimento às pessoas surdas, reafirmando o compromisso da Psicologia com práticas fundamentadas na equidade, no respeito à diversidade e na garantia de acessibilidade plena (CFP, 2025a).

Além disso, destaca-se a Nota Técnica CFP nº 12, de 2025, que orienta a atuação das psicólogas e psicólogos junto a pessoas com deficiência. O documento adota o modelo social da deficiência, compreendendo-a como resultado de barreiras sociais, comunicacionais e atitudinais impostas a sujeitos historicamente marginalizados. Rejeita-se qualquer perspectiva capacitista e reafirma-se o compromisso da Psicologia com práticas inclusivas e acessíveis, respeitando a diversidade e promovendo a equidade (CFP, 2025b).

A efetiva inclusão da pessoa com deficiência requer que a Psicologia incorpore, em sua prática, o uso ético e responsável das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), garantindo acessibilidade nos atendimentos remotos e híbridos. A escuta clínica deve se adaptar às múltiplas formas de expressão e comunicação, assegurando o direito de todos à participação plena e ao exercício da cidadania. O compromisso com os direitos humanos, consagrado nos marcos normativos da profissão, deve nortear não apenas as práticas individuais, mas também as políticas institucionais de formação e atendimento.

Conclui-se, portanto, que a inclusão da pessoa surda nos serviços psicológicos não é apenas uma questão técnica, mas profundamente ética e política. Requer o reconhecimento da

surdez como uma diferença linguística e cultural legítima, e demanda da Psicologia o compromisso com práticas que promovam escuta, acolhimento e respeito à singularidade de cada sujeito. A efetivação desse compromisso passa pela formação crítica, pela revisão de currículos e pela adoção de políticas públicas que assegurem, de fato, o direito de todos à saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436**. de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Brasil tem 10,7 milhões de deficientes auditivos, diz estudo. **Agência Brasil**, Brasília, 23 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. **Gov.br**, Brasília, 3 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 09/2025**. Dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos às pessoas surdas no âmbito da saúde. Brasília: 2025a. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/5093/resolucao-cfp-n-9-2025#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prest%C3%A7%C3%A3o%20de,Revoga%3A%20N%C3%A3o%20revoga%20nenhuma%20Legisla%C3%A7%C3%A3o>.

Acesso em: 30 abril 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica CFP Nº 12/2025**. Orientação às psicólogas e psicólogos para atuação junto a pessoas com deficiência. Brasília: 2025b. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/SEI_CFP-2144880-Nota-Te%CC%81cnica.pdf. Acesso em: 30 abril 2025.

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Atendimento Psicológico aos Surdos**. Psicólogo, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biblioteca Virtual em Saúde. **10/11 – Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez**. 2012. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/10-11-dia-nacional-de-prevencao-e-combate-a->

[surdez/#:~:text=10%2F11%20%E2%80%93%20Dia%20Nacional%20de,Biblioteca%20Virtu al%20em%20Sa%C3%BAde%20MS](#). Acesso em: 18 setembro 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Genebra: OMS, 2011. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564182>. Acesso em: 3 jun. 2025.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo; COSTA, Gabriela Maria Cavalcante; COURA, Alessandro Silva; CARTAXO, Renata de Oliveira; FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier. **A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 995-1008, 2012.

PERLIN, Gladis. **O lugar da cultura surda**. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, 2004.

PINHEIRO, Leandro Rogério. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20190041, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de; BECKER KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SKLIAR, C.B. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. **As imagens do “ser surdo”**: Identidade, alteridade e a construção de sentido. Canoas: Editora da ULBRA, 2008a.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008b.